



**APROVO**

## **CONSULTA PRÉVIA**

**Fornecimento de gases e serviços de aluguer de garrafas para  
utilização nas aulas e laboratórios para a Faculdade de Farmácia da  
Universidade de Lisboa**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

**Procedimento nº 15/CPV/FBM/2024/FF**

## Índice

CAPÍTULO I .....	3
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	3
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto Contratual .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Consulta Preliminar ao mercado .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Disposições por que se rege o fornecimento .....	3
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Interpretação dos documentos que regem o fornecimento .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Esclarecimento de dúvidas .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Prazo de vigência .....	4
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Local e prazo de entrega dos bens/prestação de Serviços .....	5
CAPÍTULO II .....	6
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	6
SECÇÃO I .....	6
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE .....	6
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Preço Base do procedimento .....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Revisão de preços .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Condições de Pagamento .....	6
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Preço contratual .....	8
SECÇÃO II .....	8
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO .....	8
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Obrigações do Adjudicatário .....	8
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Conformidade dos bens .....	10
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Inspeção dos bens .....	10
Cláusula 15. <sup>a</sup> - Inconformidades ou discrepâncias .....	11
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Rejeição dos fornecimentos .....	11
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Garantia dos bens .....	11
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Dever de sigilo .....	12
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Regulamento de Proteção de Dados .....	12
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Trabalhadores afetos à prestação de serviços .....	13
SECÇÃO III .....	13
ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO .....	13
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato .....	13
CAPÍTULO III .....	14
CESSÃO, PENALIDADES, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO .....	14
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Subcontratação e Cessão da posição contratual .....	14
Cláusula 23. <sup>a</sup> - Sanções Contratuais .....	14
Cláusula 24. <sup>a</sup> - Força maior .....	15
Cláusula 25. <sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte do Contraente Público .....	16
Cláusula 26. <sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte do Cocontratante .....	16
CAPÍTULO IV .....	16
DISPOSIÇÕES FINAIS .....	16
Cláusula 27. <sup>a</sup> - Deveres de Informação .....	16
Cláusula 28. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações .....	17
Cláusula 29. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos .....	17
Cláusula 30. <sup>a</sup> - Foro competente .....	17
Cláusula 31. <sup>a</sup> - Direito aplicável e natureza do contrato .....	17
CAPÍTULO V .....	18
CLAUSULAS TÉCNICAS .....	18
ANEXO I .....	18
Cláusula 32. <sup>a</sup> - Especificações e características do fornecimento dos bens e serviços a prestar .....	18

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o Fornecimento de gases e serviços de aluguer de garrafas para utilização nas aulas e laboratórios para a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, com a Classificação CPV: 24110000-8 Gases industriais, Anexo I do Regulamento nº 213/2008, de 28 de novembro de 2007, cujas características e especificações dos serviços a prestar constam no Anexo I deste Caderno de Encargos.
2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Convite e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação de serviços e que serão incluídos no contrato a celebrar.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Consulta Preliminar ao mercado

Foi realizada uma consulta preliminar ao mercado antes da abertura do presente procedimento nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), pelo que todas as informações pertinentes trocadas no âmbito da participação do candidato/concorrente na preparação do procedimento de formação do contrato, encontram-se em arquivo na respetiva entidade.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup> – Disposições por que se rege o fornecimento

1. Os serviços objeto do presente contrato obedece:
  - a) Às cláusulas do *Contrato* e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
  - b) Ao *Código dos Contratos Públicos*, doravante designado “CCP” (aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual);
  - c) À restante legislação e regulamentação aplicável.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no *Contrato*, sem prejuízo do disposto no nº 4 do artigo 96º do CCP:
  - a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela FFUL nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
  - b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites

pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;

- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O Caderno de Encargos;
- e) A Proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 4.ª - Interpretação dos documentos que regem o fornecimento**

1. No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

#### **Cláusula 5.ª - Esclarecimento de dúvidas**

1. As dúvidas que a entidade fornecedora tenha na interpretação dos documentos por que se rege os serviços devem ser submetidas à FFUL antes do início do mesmo.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos serviços a que dizem respeito, deve a entidade fornecedora submetê-las imediatamente à FFUL juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. O incumprimento do disposto no número anterior torna a entidade fornecedora responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo repor a situação no estado em que se encontrava anteriormente.

#### **Cláusula 6.ª - Prazo de vigência**

1. O contrato a celebrar objeto do contrato, terá o seu início no primeiro dia útil seguinte ao da sua celebração e mantém-se em vigor pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, sem possibilidade de renovação a menos que seja objeto de denúncia por qualquer das partes, a comunicar mediante carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de sessenta (60) dias à data do termo, e sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 8.ª, o **Cocontratante** não terá direito a qualquer indemnização ou compensação seja a que título for.
3. O contrato a celebrar cessa automaticamente quando atingido o preço contratual.
4. As partes obrigam-se a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados

#### **Cláusula 7.ª - Local e prazo de entrega dos bens/prestação de Serviços**

1. O fornecimento dos bens/prestação dos serviços serão fornecidos/prestados nas instalações na FFUL, sitos na Avª Prof. Gama Pinto, em Lisboa, no prazo indicado na proposta adjudicada, o qual não poderá exceder o limite máximo de 3 dias, contados da data do envio da nota de encomenda emitida pela FFUL.
2. Sem prejuízo do número anterior, o prazo de entrega poderá ser acordado entre o **Contraente Público** e o **Cocontratante**.
3. Os bens objeto do contrato devem ser fornecidos faseadamente, mediante solicitação prévia do **Contraente Público**, no momento e nas quantidades que este, em função das necessidades concretas, entender adequadas.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se solicitação prévia o envio, pelo **Contraente Público**, para o **Cocontratante** de uma nota de encomenda contendo a descrição e quantidades dos bens a entregar e respetivo local de entrega, conforme o estipulado no Caderno de Encargos.
5. Só serão pagos os bens efetivamente solicitados e entregues, pelo que o prestador de serviços não terá direito a qualquer indemnização, seja a que título for, caso no termo do contrato não sejam executadas a totalidade das quantidades máximas estimadas.
6. O **Cocontratante**, obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos (em língua portuguesa e/ou inglesa), que sejam necessários para a boa e integral utilização daqueles.
7. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o **Contraente Público**, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o **Cocontratante**.

## CAPÍTULO II

### OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

#### SECÇÃO I

#### OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

##### Cláusula 8.<sup>a</sup> – Preço Base do procedimento

1. Constitui o valor máximo para a entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos do disposto do artigo 47.º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos (CCP) o montante de € 72.558,45 (setenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto do art.º 47.º do CCP, o preço base unitário, são os constantes no Anexo I – Especificações e Características dos serviços a prestar, anexo ao presente caderno de encargos.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao **Contraente Público**, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Sem prejuízo do referido no número anterior, é da responsabilidade do Adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
5. Serão excluídas, as propostas em que o preço unitário seja superior ao preço base unitário referido no número 2 da presente cláusula, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

##### Cláusula 9.<sup>a</sup> – Revisão de preços

Não é admitida, durante a vigência do contrato, a revisão/atualização de preços.

##### Cláusula 10.<sup>a</sup> - Condições de Pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pelo **Contraente Público**, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias, após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. O pagamento das faturas resultantes do presente contrato será efetuado mediante a apresentação de faturação correspondente ao fornecimento dos bens e serviços, e após conferência e validação das mesmas.
3. A(s) fatura(s) deve(m) ser emitidas, transmitidas e rececionadas, conforme o disposto no artigo 299.º-B do CCP e no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, com as demais alterações introduzidas, e conjugado com as disposições constantes da Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro.
4. Para o efeito, a FFUL aderiu ao Portal FE-AP, enquanto solução eletrónica para a receção de documentos eletrónicos, pelo que o **Cocontratante** deve iniciar o seu processo na solução FE-AP, quando aplicável.
5. A(s) faturas(s) eletrónicas devem ser emitidas com os seguintes elementos:
  - a) Número do Contrato e número de compromisso;
  - b) Número da Nota de Encomenda;
  - c) Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suporta(m);
  - d) Incidência do IVA, em separado;
  - e) Documentação de suporte;
6. Pelos serviços e fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do programa de procedimento, o **Contraente Público** deve pagar ao **Cocontratante** o preço constante do contrato, não podendo ultrapassar o preço da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
7. Em caso de discordância por parte do **Contraente Público** quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando o **Cocontratante** obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 6, as faturas são pagas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua receção, através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
9. Qualquer pagamento só poderá ser efetuado após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
10. Em caso de incumprimento imputável ao **Contraente Público**, o **Cocontratante**, independentemente do direito de resolução do contrato que lhe assista, nos termos do disposto no artigo 332.º do CCP, pode invocar a exceção de não cumprimento nos termos do artigo 327.º do CCP.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Preço contratual**

1. Pelo fornecimento de bens e serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o **Contraente Público** obriga-se a pagar ao **Cocontratante** o preço constante da proposta adjudicada.
2. De acordo com o Anexo I – Especificações e Características dos serviços, anexo ao presente Caderno de Encargos, não pode em caso algum, durante toda a vigência do contrato a celebrar, exceder os valores unitários e o montante global, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
3. Os serviços a prestar e o fornecimento dos bens, nos termos do Anexo I deste Caderno de Encargos, serão previamente solicitados pela FFUL através do envio de Notas de Encomendas emitidas pelo **Contraente Público**.
4. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias, quando aplicável, são por conta do(s) Adjudicatário(s).
5. O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes aos serviços de a prestar e ao fornecimento dos bens cuja responsabilidade não esteja expressamente cometida à FFUL, pela Lei ou pelo presente Caderno de Encargos, nomeadamente os relativos aos serviços e ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
6. O preço contratual inclui também, todos os encargos com os salários, subsídios de férias e de natal, prémios de seguro e participações para a segurança social, resultantes da lei ou de contrato, relativos ao pessoal que presta serviço no âmbito do contrato.
7. O preço contratual inclui também todos os custos administrativos, logísticos e técnicos na execução do contrato que correrão por conta do **Cocontratante**.
8. Correm por conta do **Cocontratante** todas as despesas em que haja de incorrer em virtude do cumprimento de obrigações emergentes do contrato.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Obrigações do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações:



- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta no prazo indicado no artigo seguinte;
  - b) Obrigação de garantia dos bens;
  - c) A instalação da garrafa de gás comprimido à rede existente, deverá ser efetuada pelo Adjudicatário quando expressamente solicitado por um colaborador da FFUL;
  - d) Obrigação de manter a entidade adjudicante atualizada das contribuições perante a Segurança Social e as Finanças, através das respetivas declarações ou certidões, sem as quais não serão efetuados pagamentos;
  - e) Compromete-se a adotar medidas de não prejudicar significativamente os objetivos ambientais, nos termos da legislação em vigor;
  - f) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa execução dos serviços objeto do contrato, comprometendo-se a substituir os mesmos quando se revelem impróprios ou inadequados, ou sempre que o gestor do contrato o solicite, de forma fundamentada;
  - g) Comunicar à entidade adjudicante, de modo fundamentado e imediato, quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer, parcial ou integralmente, a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pela entidade adjudicante.
  - h) Não alterar as condições do fornecimento de bens/prestação de serviços durante o prazo de vigência do contrato;
  - i) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes ao fornecimento dos bens e à prestação de serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
  - j) Prestar garantia aos serviços, durante a o prazo de execução do contrato, contra quaisquer não conformidades ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta os encargos inerentes à reposição dos resultados contratados;
2. O **Cocontratante** será o único responsável pelos prejuízos causados ao **Contraente Público**, seus colaboradores e terceiros, decorrente direta ou indiretamente da presente prestação de serviços/fornecimento dos bens.
3. O **Contraente Público** reserva-se ao direito de solicitar, em qualquer momento, documentação comprovativa do cumprimento de qualquer declaração, garantia ou requisito previstos no presente caderno de encargos, devendo o **Cocontratante** fornecê-la no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4. O **Contraente Público** monitorizará em continuo o fornecimento dos bens/prestação dos serviços, com vista a verificar se reúne(m) as características, especificações e requisitos técnicos, legal e contratualmente definidos.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Conformidade dos bens**

1. O **Cocontratante** obriga-se a entregar ao **Contraente Público** os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos, incluindo a conformidade com a amostra entregue durante a tramitação procedimental, caso aplicável.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, devem ser igualmente adequados às utilizações habitualmente dadas aos bens do mesmo tipo e, ainda, terem a qualidade e o desempenho habituais nos bens do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, atendendo à natureza do bem e, eventualmente, às declarações públicas sobre as suas características concretas feitas pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem.
3. O **Cocontratante** é responsável, perante o **Contraente Público**, por qualquer discrepância dos bens objeto do contrato, que exista no momento em que os bens lhe são entregues.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Inspeção dos bens**

1. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, o **Contraente Público**, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 3 (três) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os bens fornecidos e serviços prestados, sendo efetuada através de testes e por peritos técnicos do **Contraente Público**, para verificação das características, especificações e requisitos qualitativos.
3. Durante a fase da inspeção qualitativa, o **Cocontratante** deve prestar aos serviços competentes do **Contraente Público** toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela inspeção, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Quando a inspeção qualitativa for efetuada com recurso a serviços, contratados especificamente para esse efeito, os encargos daí decorrentes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do **Cocontratante**.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> - Inconformidades ou discrepâncias**

1. No caso de a inspeção qualitativa indicada no artigo anterior não comprovar a total conformidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o **Contraente Público** deve de isso informar, por escrito, o **Cocontratante**.
2. No caso previsto no número anterior, o **Cocontratante** deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo **Contraente Público**, às substituições necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos anteriormente referidos.
3. Após a realização das substituições necessárias pelo **Cocontratante**, no prazo respetivo, o **Contraente Público** procede à realização de nova inspeção qualitativa, nos termos do artigo anterior.
4. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades ou sanções previstas no presente contrato ou determinadas por lei, o cumprimento defeituoso do fornecimento de bens terá um efeito suspensivo sobre a faturação e sobre o pagamento até à total regularização da situação.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Rejeição dos fornecimentos**

1. Os bens rejeitados são considerados para todos os efeitos como não entregues.
2. Estas rejeições serão alvo de notificação ao **Cocontratante**, sendo as remoções dos bens feitas por conta e risco do mesmo.
3. Passados 5 (cinco) dias sobre a respetiva notificação, se os bens rejeitados continuarem nas instalações do **Contraente Público** sem serem removidos, entende-se que estes passam para sua posse como incapazes.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> - Garantia dos bens**

1. A garantia dos bens importa o compromisso de o **Cocontratante** se responsabilizar perante o **Contraente Público**, sem quaisquer encargos adicionais para este, de substituir, reparar ou ocupar-se de qualquer modo e, ainda, de reembolsar o preço pago, no caso de este não corresponder às condições enumeradas na sua proposta.
2. Por reparação do bem entende-se que, na falta de conformidade do bem, a reposição do bem de consumo em conformidade com o presente contrato.

3. Se por força da lei nada obstar em contrário, todas as obrigações descritas no presente contrato relativas à garantia dos bens são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Dever de sigilo**

1. O **Cocontratante** garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionados com a atividade do **Contraente Público**.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto na presente cláusula, a informação e documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo **Cocontratante** ou que este seja obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> – Regulamento de Proteção de Dados**

1. O **Adjudicatário** obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, da Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito e para efeitos da prestação de serviços/fornecimento dos bens.
2. As partes reconhecem e aceitam que, relativamente a todos os dados pessoais a que o **Adjudicatário** tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela FFUL para efeitos da prestação de serviços/fornecimento dos bens:
  - a) A FFUL atuará na qualidade de responsável pelo tratamento dos dados, tal como definido no RGPD, determinando as finalidades e os termos do tratamento desses dados pelo Adjudicatário;
  - b) O Adjudicatário atuará na qualidade de entidade subcontratante, tal como definido no RGPD, tratando os dados pessoais em estrita observância das instruções da responsável pelo tratamento desses dados.
3. O **Adjudicatário** concorda que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do presente Caderno de Encargos será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações aqui assumidas pelo **Adjudicatário**.
4. O **Adjudicatário** compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem

transmitidos pela responsável dos tratamentos de dados ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, por aquela responsável ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.

5. O **Adjudicatário** obriga-se a comunicar à FFUL qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.
6. O **Adjudicatário** será responsável por qualquer prejuízo em que a FFUL vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis e ao disposto no presente Caderno de Encargos, quando tal violação seja imputável ao Adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Trabalhadores afetos à prestação de serviços**

Nos termos definidos no nº 13 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos* o **Adjudicatário** tem obrigatoriedade de cumprimento com o estatuído no artigo 419.º A do mesmo diploma legal.

### **SECÇÃO III**

#### **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup> - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo Contraente Público, a Mestre Paula Nobre, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

## CAPÍTULO III

### CESSÃO, PENALIDADES, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

#### Cláusula 22.<sup>a</sup> – Subcontratação e Cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do **Cocontratante** dependem da autorização, por escrito, do **Contraente Público**, nos termos e dentro dos limites previstos no CCP.
2. Nos casos de subcontratação, o **Cocontratante** permanece integralmente responsável perante o Contraente Público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.

#### Cláusula 23.<sup>a</sup> – Sanções Contratuais

1. Se o **Cocontratante** não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o **Contraente Público** notificará-lo-á para cumprir dentro de um prazo não superior a 5 dias, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o **Contraente Público** tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o **Contraente Público** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Nos 8 (oito) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 0,5% do valor total do contrato, por cada dia de atraso;
  - b) Entre os 9 (nove) e os 15 (quinze) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 1 %, do valor total do contrato, por cada dia de atraso;
  - c) Após 16(dezasseis) dias além do prazo fixado no n.º 1, a penalidade será de 2%, do valor total do contrato, por cada dia de atraso.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
5. As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup> - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao **Cocontratante**, nem é considerada como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de casos de força maior
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma, resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam; e
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



### **Cláusula 25.<sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte do Contraente Público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o **Contraente Público** pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Cocontratante** e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo **Contraente Público** e sem prejuízo do respetivo direito de indemnização e do pagamento pela parte, e apenas pela parte, do contrato executado até ao prazo estabelecido no artigo 6.º deste Caderno de Encargos, pelo **Cocontratante**.

### **Cláusula 26.<sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte do Cocontratante**

1. O **Cocontratante** pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso de arbitragem.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 27.<sup>a</sup> - Deveres de Informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.



### **Cláusula 28.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

### **Cláusula 29.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

1. A contagem dos prazos na fase de formação dos contratos rege-se pelo disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos e do Código do Procedimento Administrativo, por remissão das disposições aplicáveis.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

### **Cláusula 30.<sup>a</sup> - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro, depois de esgotados todos os meios amigáveis para a sua resolução.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup> - Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

## CAPÍTULO V

### CLAUSULAS TÉCNICAS

#### ANEXO I

#### Cláusula 32.<sup>a</sup> - Especificações e características do fornecimento dos bens e serviços a prestar

O fornecimento dos bens e serviços a prestar são os seguintes:

Fornecimento de gases						Quantidade estimada para contrato de 36 meses						
GASES	PUREZA		CONTEÚDO APROXIMADO POR CILINDRO	DIMENSÃO EMBALAGEM	2024	2025	2026	2027	TOTAL (m3 ou kg)	TOTAL cilindros	Preço Base (sem IVA)	
Acetileno	AAS	≥ 99,6%	6,5 kg	42 L	6,5	6,5			13,0	2	23,00 €	kg
Ar	GÁS PURO: AR RECONSTITUIDO K	≥ 99,999%	9,9 m3	50 L	118,8	118,8	118,8	29,7	386,1	39	15,68 €	m3
	GÁS PURO: AR RECONSTITUIDO K	≥ 99,999%	2,0 m3	10 L	2,0				2,0	1	75,00 €	cilindro 2,0 m3
Árgon	GÁS PURO: ÁRGON	≥ 99,999%	10,5 m3	50 L	21,0	21,0	21,0	10,5	73,5	7	15,00 €	m3
	GÁS PURO: ÁRGON	≥ 99,999%	2,0 m3	10 L	2,0				2,0	1	70,00 €	cilindro de 2 m3
	GÁS ULTRA PURO: ÁRGON	≥ 99,9999%	10,5 m3	50 L	10,5				10,5	1	21,84 €	m3
Azoto	GÁS PURO: AZOTO	≥ 99,999%	9,4 m3	50 L	56,4	75,2	75,2	18,8	225,6	24	15,00 €	m3
	INDUSTRIAL	≥ 99,8%	9,4 m3	50 L	75,2	94,0	94,0	18,8	282,0	30	6,75 €	m3
Dióxido de Carbono	GÁS PURO: DIÓXIDO DE CARBONO	≥ 99,998%	35,0 kg	50 L	35,0	35,0	35,0		105,0	3	14,56 €	kg
	DIÓXIDO DE CARBONO PARA CULTURA DE CÉLULAS	≥ 99,7%	35,0 kg	50 L	210,0	315,0	315,0	105,0	945,0	27	3,40 €	kg
	DIÓXIDO DE CARBONO PARA CULTURA DE CÉLULAS	≥ 99,7%	10,0 kg	14 L	10,5				10,5	1	3,40 €	kg
Hélio	GÁS PURO: HÉLIO	≥ 99,999%	9,1 m3	50 L	54,6	72,8	72,8		200,2	22	65,00 €	m3
	GÁS ULTRA PURO: HÉLIO	≥ 99,9999%	9,1 m3	50 L	9,1				9,1	1	95,00 €	m3
Hidrogénio	GÁS PURO: HIDROGÉNIO	≥ 99,999%	8,8 m3	50 L	26,4	44,0	44,0		114,4	13	17,92 €	m3
	GÁS ULTRA PURO: HIDROGÉNIO	≥ 99,9999%	8,8 m3	50 L	8,8				8,8	1	24,55 €	m3
Oxigénio	GÁS PURO: OXIGÉNIO	≥ 99,995%	10,6 m3	50 L	10,6				10,6	1	22,99 €	m3
	GÁS ULTRA PURO: OXIGÉNIO	≥ 99,9995%	10,6 m3	50 L	10,6				10,6	1	28,00 €	m3
Mistura de 3 gases	5%O2+10%CO2+85%N2	≥ 99,995%	7,3 m3	50 L	7,3				7,3	1	280,00 €	cilindro 7,3 m3
Mistura de 3 gases	5%H2+10%CO2+85%N2	≥ 99,998%	7,7 m3	50 L	7,7				7,7	1	400,00 €	cilindro 7,7 m3
Carbogénio	Mistura de 5% dióxido de carbono e 95% oxigénio	≥ 99,995%	11,0 m3	50 L	11,0				11,0	1	15,00 €	m3
	Mistura de 5% dióxido de carbono e 95% oxigénio	≥ 99,995%	1,5 m3	10 L	1,5				1,5	1	225,00 €	cilindro 1,5 m3
Hélio Líquido puro		≥ 99,999%	N/A	L	100				100	N/A	50,00 €	L
Azoto Líquido puro		≥ 99,999%	N/A	L	500	800	800	200	2300	N/A	1,80 €	L
Gelo seco pellets	CO2 sólido	≥ 99,7%	10,0 kg		10	10	10		30	N/A	3,50 €	kg

ALUGUER DE GARRAFAS E TAXAS	2024	2025	2026	2027	TOTAL	Preço Base (sem IVA)
Serviço de entregas de garrafas	57	56	55	11	179	12,00 € cilindro
Serviço de entrega de recipientes criogénicos e/ou gelo seco	12	16	16	4	48	35,00 € recipiente
Taxas Meio Ambiente e Manuseamento	69	72	71	15	227	5,00 € entrega
Aluguer mensal de 1 lote de 120 cilindros	9	12	12	3	36	500,00 € mês